



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

---

A Sua Excelência  
O Presidente da Assembleia da República  
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Of. N.º 82/3.ª - CDN/2019

04-10-2019

**Assunto:** Relatório da Participação da Assembleia da República na CIP sobre a PESC/PCSD, realizada em Helsínquia, de 4 a 6 de setembro de 2019

*José António Costa,*  
Para os efeitos tidos por convenientes, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação da Delegação da Assembleia da República na Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD), que se realizou em Sófia, de 4 a 6 de setembro de 2019.

A Delegação da Assembleia da República era composta pelos Senhores Deputados Marco António Costa (PSD) – que chefiou a delegação – e Maria Lopes (PS), pela Comissão de Defesa Nacional; os Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS) e José Cesário (PSD), pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas; e os Senhores Deputados Inês Domingues (PSD) e Vitalino Canas (PS), pela Comissão de Assuntos Europeus.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Marco António Costa)



**15.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança  
Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD)**

**(HELSÍNQUIA, 4 A 6 DE SETEMBRO DE 2019)**

**Relatório**

No âmbito da dimensão Parlamentar da Presidência finlandesa do Conselho da União Europeia, teve lugar, nos dias 4 a 6 de setembro de 2019, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Defesa Comum e Política Comum de Segurança e Defesa (CiP PESC-PCSD).

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- Marco António Costa (PSD), Presidente da Comissão de Defesa Nacional;
- Maria da Luz Lopes, membro da Comissão de Defesa Nacional
- Sérgio Sousa Pinto, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- José Cesário (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Inês Domingos (PSD), membro da Comissão de Assuntos Europeus;
- Vitalino Canas (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus.

A agenda da Conferência é a constante do documento n.º 1, em anexo ao presente Relatório.

A assessoria à delegação foi assegurada pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Bruno Dias Pinheiro, e pela Assessora Parlamentar da 3.ª Comissão, Patrícia Grave.

### **Dia 5 de setembro**

Os trabalhos tiveram início pelas 8h45 horas, com a realização da já habitual reunião do denominado Grupo dos Países do Sul (anteriormente conhecido por “Grupo do Mediterrâneo”), agrupando os líderes das delegações dos Estados que o integram.

Para além de Portugal, estiveram presentes representantes da Grécia, Espanha, França, e Chipre, tendo cabido ao líder desta delegação a condução dos trabalhos. Esta reunião, face às ausências de algumas Câmaras e ao facto de duas das delegações presentes serem compostas por Deputados recém-eleitos, foi dedicada apenas a um *tour de table* de apresentações, tendo a delegação cipriota informado da intenção de promover um novo encontro dos Parlamentos do Sul em Chipre, previsivelmente no dia 20 de janeiro de 2020, para discutir as formas de aprofundamento desta cooperação. A este respeito, a delegação portuguesa fez notar que essa data coincide com a reunião de Presidentes da COSAC sob presidência croata, o que colocará dificuldades de sobreposição de agendas (n.º 4.ª Comissão a chefia da próxima delegação à PESC/PCSD).

### **Sessão de Abertura**

Os trabalhos foram inaugurados pelos **Presidentes da Comissões de Negócios Estrangeiros e de Defesa do Parlamento Finlandês**, respetivamente Mika Nikko (Grupo Identidade e Democracia no PE) e Ilkka Kanerva (PPE), bem como pelo Presidente da Comissão AFET (Assuntos Externos) do Parlamento Europeu, David MacAllister (Alemanha, PPE).

Mika Nikko deu as boas-vindas aos participantes, recordando que fora neste mesmo local que havia sido assinada, em agosto de 1975, a Ata Final da Conferência de Helsínquia, enquanto Ilkka Kanerva recordou alguns dos principais desafios de segurança da atualidade (Báltico, ameaças híbridas, etc), reiterando que a UE já tem vários instrumentos para agir, enfatizando o Artigo 42.º, n.º 7 do Tratado sobre a União Europeia (Cláusula de Defesa Mútua) que, num cenário de conflito no Estado-Membro, implicaria o envolvimento de toda a União. Por fim, salientou que a cooperação internacional no domínio da defesa é um dos vetores essenciais da política externa da Finlândia.



Finalmente, David MacAllister assinalou tratar-se da primeira reunião desta natureza no novo ciclo da política da UE, destacando que continua a haver uma maioria no PE que defende a promoção dos valores da UE e da necessidade da sua dimensão externa. A este respeito, manifestou a sua esperança de que a discussão a realizar no âmbito desta Conferência possa ter impacto nas questões a colocar na audição do candidato a Alto-Representante Josep Borrell.

## SESSÃO I

### 10.45h – 11.40h: Os desafios de segurança na União Europeia

- **Orador principal:** Saulli Niinistö, **Presidente da República da Finlândia** (Atualmente independente, foi líder do Partido da Coligação Nacional (PPE) entre 1994 e 2001)

O Presidente da República finlandesa, cuja intervenção prevista iria versar sobre os desafios de segurança no Báltico e no Ártico, proferiu, ao invés, um discurso mais genérico sobre a defesa e segurança na União Europeia. Enfatizando que a IIGM havia começado há apenas 80 anos atrás, acrescentou que foi a união da Europa unida foi o que nos salvou, concluindo que a manutenção da paz é um pré-requisito de tudo o resto. Neste âmbito, assinalou que a contribuição da UE para a paz e estabilidade exige credibilidade no combate aos desafios comuns, bem como unidade e determinação.

No que diz respeito à unidade, concerne aquilo que os europeus têm em comum, património esse que considera superar largamente aquilo que nos separa. Assim sendo, afirmou que é essencial a definição de interesses em comum, bem como da perspetiva realista da sua afirmação e da ação coletiva para os alcançar. Por outro lado, recordou uma intervenção recente da Alta-Representante F. Mogherini, onde referia que o mundo espera que a UE exerça papel de liderança, sendo o atual sistema internacional caracterizado por um triângulo geopolítico: EUA, China e Rússia. O Presidente finlandês manifestou que gostaria de acrescentar a UE como um vértice adicional desta configuração, assinalando que a União está a acordar para esta realidade, com desenvolvimentos como a PESCO ou o Fundo Europeu de Defesa.



No período de debate, a maioria das questões centrou-se na relação com a Rússia e à possibilidade de retorno deste país ao sistema de direito internacional, a posição finlandesa no caso da anexação da Crimeia, as questões de cibersegurança, destacando-se as intervenções do Parlamento Europeu, da Lituânia, da Noruega, da República Checa.

O Sr. Deputado Vitalino Canas usou da palavra no debate, para recordar que, na intervenção feita pelo Presidente finlandês, foram feitas alusões a um possível conflito no Báltico e às suas consequências para a Finlândia, bem como a evocação do Artigo 42.º, n.º 7 do TUE, relativo à cláusula de defesa mútua. Não obstante, considerou que, havendo um conflito no Báltico, será muito maior a probabilidade de uma intervenção da NATO, questionando o orador sobre os planos finlandeses relativos a uma possível adesão à Aliança Atlântica.

Nas respostas, o Presidente finlandês referiu que a posição finlandesa relativamente à Crimeia foi de condenação desde o primeiro momento, referindo que, relativamente ao regresso da Rússia ao G8 - por exemplo - quando mais os restantes países insistirem nesse tema, mais satisfeito ficará o Kremlin. Com efeito, em termos psicológicos, esse debate faz a Rússia sentir-se "cobiçada" como parceiro, o que terá como consequência, considerou, "aumentar" o preço que Moscovo cobrará por esse regresso efetivo e pleno às instâncias multilaterais. Relativamente à questão da NATO, optou por não dar uma resposta direta, assinalando que um conflito dessa natureza no Báltico, tal será o rastilho para um conflito de maior dimensão, à escala global, cabendo à Finlândia o papel de manter a integridade do seu território.

## SESSÃO II

### 13.15h – 14.30h: Troca de impressões sobre as prioridades da UE na PESC/PCSD

- **Oradora principal (videoconferência): Federica Mogherini, Vice-Presidente da Comissão /Alta-Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança**

A Alta-Representante fez uma intervenção por video-conferência, lamentando não poder estar presente e sugerindo que as futuras Presidências possam, para garantir a presença do titular deste cargo, organizar esta Conferência interparlamentar próxima do Conselho Informal de Negócios Estrangeiros (Gymnich).

No que diz respeito ao tema do painel, recordou que o principal documento de referência no que diz respeito às prioridades da UE na PESC/PCSD é a Estratégia Global de Segurança da UE, intitulada "*Visão partilhada, ação comum: uma Europa mais forte*". Esta estratégia, que pretende orientar a política externa e de segurança da UE nos próximos anos, foi apresentada ao Conselho Europeu em 28 de junho, tendo sido adotadas Conclusões sobre esta matéria no Conselho em 17 de outubro de 2016.

Relativamente às principais prioridades da Estratégia, estas são a segurança e defesa, que inclui também o reforço da resiliência e uma abordagem integrada dos conflitos e das crises, o reforço donexo entre política interna e externa, a atualização das estratégias regionais e temáticas existentes a promoção de um sistema internacional baseado no direito e nas regras, a preparação de novas estratégias e o reforço dos esforços no domínio da diplomacia pública.

A intervenção de Federica Mogherini apresentou o balanço e o relatório de três anos de implementação desta estratégia, sendo de destacar a referência de que "*a UE deve tornar-se cada vez mais autónoma, incluindo em termos estratégicos (...), capaz de agir em conjunto com os seus parceiros, mas de atuar sozinha quando necessário.....*").



A Alta-Representante destacou ainda o papel essencial dos Parlamentos nacionais, não só na monitorização e escrutínio destes compromissos em matéria de defesa, mas também no que diz respeito à dimensão orçamental que lhe está associada.

No período de debate que se seguiu, foram colocadas questões relativas ao relacionamento com a China, aos Balcãs Ocidentais e à possível exigência de que tenham de ser membros da NATO para aderir à UE, ao Irão, à coerência entre as várias políticas que compõem a ação externa da UE e à solidariedade nos termos do Artigo 42.º, n.º 7 do TUE.

Nas respostas, F. Mogherini referiu que a UE tem adotado uma postura estratégica coerente e unificada com a China, salientando que, quanto mais clara for a posição da UE, mais fácil se torna o diálogo com Pequim. Quanto aos Balcãs, considerou que a pertença à NATO não pode ser critério de adesão, dando o exemplo da Finlândia como Estado-Membro da UE e não da NATO. Sobre a coerência das políticas, salientou que a UE se tem empenhado em promover uma ligação efetiva entre os vários domínios da ação externa (comércio, defesa, direitos humanos), trabalho que importa aprofundar. Finalmente, relativamente ao Irão, sublinhou que o desafio principal é manter o JCPOA em vigor e assegurar a unidade dos Estados-Membros na sua aplicação.

### SESSÃO III

**14.30h – 16.00h: restaurar a unidade transatlântica nos assuntos globais**

**Moderadora :** Teija Tiilikainen, diretora do Instituto Finlandês de Assuntos Internacionais

**Oradores:**

Carl Bildt, co-presidente do Conselho Europeu para as Relações Externas

Heather Conley, vice-presidente do Centro para os Estudos Estratégicos e Internacionais

Robin Niblett, diretor da Chatham House

A moderadora introduziu o tema, referindo que a ideia de uma Europa unida e forte costumava ser um interesse estratégico vital dos EUA, vetor esse que parece estar

posto em causa atualmente. Lançando o debate, manifestou expectativa de que os intervenientes pudessem identificar caminhos para restaurar esta relação.

Carl Bildt, co-presidente do Conselho Europeu para as Relações Externas, começando por fazer alusão a duas análises académicas sobre esta matéria<sup>1</sup> afirmou que é o momento de repensar tudo. Com efeito, assinalou que UE foi desenhada para um mundo diferente daquele que existe hoje, um mundo bipolar em que a coesão e afirmação da UE correspondiam a um interesse estratégico de um dos pólos. Na verdade, prosseguiu, a posterior afirmação dos EUA como potência de mundo unipolar, teve sempre subjacente uma perspetiva foi sempre de cariz multilateral, favorável à ideia da integração europeia e sua projeção. No entanto, isso mudou: i) a Presidência Trump trouxe algo de fundamentalmente diferente em termos de isolamento e posicionamento da administração americana. Mesmo após a Presidência Trump, o mundo será diferente. Além disso, no mundo multipolar em que vivemos, a UE não é um dos pólos em matéria de produção de segurança. Para que a UE seja relevante e afirmar essa visão, tem de ambicionar ser um dos pólos, não bastando “ser bons a pregar valores (o que é de manter), mas também a projetar poder.”

Heather Conley, vice-presidente do Centro para os Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington, começou por afirmar que a relação transatlântica é fundamental e merece honestidade. Porém, considerou que não podemos restaurar a relação, mas temos de a reconstruir. Reconheceu tratar-se de uma competição de poder, mas mais uma crise do ocidente. Uma outra mudança significativa é que os EUA não estão a exercer o seu papel, desinteressaram-se de ser moderadores de política internacional ao longo dos últimos 15 anos e, conseqüentemente, as parcerias perderam visibilidade e racional aos olhos da administração americana.

---

<sup>1</sup> Disponíveis em

[https://www.ecfr.eu/publications/summary/how\\_europe\\_can\\_stand\\_up\\_for\\_itself\\_in\\_the\\_next\\_five\\_years\\_eu\\_foreign\\_policy](https://www.ecfr.eu/publications/summary/how_europe_can_stand_up_for_itself_in_the_next_five_years_eu_foreign_policy) e [https://www.ecfr.eu/page/-/1\\_Empowering\\_EU\\_member\\_states\\_with\\_strategic\\_sovereignty.pdf](https://www.ecfr.eu/page/-/1_Empowering_EU_member_states_with_strategic_sovereignty.pdf)

Porém, existe um paradoxo: os EUA não querem exercer liderança, mas também não querem que outros os façam por eles e no seu lugar. Finalmente, deixou uma palavra de cautela: se os europeus colocarem todo o ónus no atual Presidente, estarão a ignorar os últimos 20 anos e a perder a perspetiva estratégica global. Há um realinhamento político nos dois lados do atlântico e precisamos de um manual para reconstruir a relação, precisamos de novo vocabulário, de novas formas de cooperação, bem como de novos grupos à volta da mesa (empresas, academia, sociedade civil). Em jeito de conclusão, deixou duas duas sugestões para reconstruir a relação:

i) clima: é um ponto de convergência, dando exemplo de a UE estar a trabalhar com a Califórnia, com empresas americanas;

2. Ártico: lugar muito interessante para reconstruir a relação, por tudo o que representa para as várias partes interessadas e para a geopolítica global.

Robin Niblett, diretor da Chatham House, começou por questionar porque é importante a relação transtalântica, avançado com a resposta: precisamos de estar juntos agora, para não estarmos totalmente isolados daqui a uns anos. Com efeito, afirmou que a proliferação de estados fracos, a incapacidade de lidar com a demografia, as alterações climáticas, e as ameaças híbridas aumentam os riscos de desestabilização das nossas sociedades.

No que diz respeito ao curto prazo, afirmou sem equívocos, que o problema é a atual administração: uma UE mais fraca é boa para Trump, que considera a UE, conceptualmente, como uma construção contra-natura. Por outro lado, as divisões no seio da UE não são benéficas para esta afirmação, motivo pelo qual é improvável que a UE venha ser esse pólo de poder num multipolar.

Finalizou, avançando com algumas pistas para que a UE se afirme e reconfigure:

- i. dinamizar e liderar um sistema de comércio livre internacional, estando na vanguarda de acordos comerciais equilibrados e ambiciosos, o que inclui também reforma da OMC;
- ii. investir na sua capacidade de defesa e de resiliência;

- iii. usar este tempo difícil para definir posições europeias relativamente às questões difíceis, nomeadamente com a China, que considerou ser o maior desafio para a relação transatlântica;
- iv. desempenhar um papel no apoio às várias democracias no mundo que se sentem abandonadas pelos EUA e pela natureza transaccional da actual administração americana.
- v. o relacionamento já cuida apenas de governos. A agenda moderna das relações internacionais é marcada pelas alterações climáticas, pela disrupção tecnológica, e pelas redes que se tecem entre novos actores, como empresas, sociedade civil, etc

Concluiu, assinalando que aquilo que a UE fizer internamente agora é muito mais importante do que o acontecerá na relação com EUA nos próximos anos.

No período de debate que se seguiu, a Sra. Deputada Inês Domingos usou da palavra para sublinhar que a relação transatlântica tem sido um sucesso e que é importante preservar os ganhos alcançados nas últimas décadas. Citando Lampedusa, considerou que talvez seja preciso mudar algumas coisas para que, no essencial, tudo fique na mesma.

#### SESSÃO IV

##### **16.30h – 18.00h: Quo Vadis Defesa da UE: uma força para a paz ou um poder militar?**

Moderador: Janne Kuusela, Diretor-Geral da Política de Defesa da Finlândia,

Oradores :

Nathalie Loiseau, Presidente da Comissão SEDE do PE (**Renovar a Europa**)

Tenente-General Esa Pulkkinen, Diretor-Geral do Estado-Maior da UE (SEAE)

Nathalie Tocci, Diretora do Instituto para os Assuntos Internacionais (Roma)

Janne Kuusela apresentou os oradores como três especialistas em assuntos europeus, familiarizados com as perspetivas de todos os Estados-Membros. Revelou a expectativa de que a sessão pudessedar um contributo efetivo ao debate sobre a proteção da Europa, respondendo a questões sobre o que a UE pode fazer para a Segurança e Defesa da

Europa, e sobre o ponto em que nos encontramos, 3 anos volvidos sobre a aprovação da Estratégia Global da EU (EUGS), designadamente se os Estado-Membros souberam aproveitar todas as oportunidades que lhes foram oferecidas.

Nathalie Loiseau começou por desafiar a audiência questionando se estamos em paz. Considerou que a resposta imediata é considerar que a paz foi o presente que a UE ofereceu aos seus Estados-Membros, e que tornou a União num exemplo para o resto do mundo. No entanto, na sua perspetiva, não estamos em paz: estamos ameaçados e já fomos atacados. Deu como exemplo o caso Skripal, o primeiro ataque químico no solo de um membro da UE depois da II Guerra Mundial. Mencionou também os repetidos ataques terroristas em solo europeu e os ciberataques externos a cidadãos, empresas, e possibilidade de sequestro dos processos eleitorais, e logo, sobre a democracia, a vigilância do espaço aéreo europeu, a presença intempestiva de navios estrangeiros em águas europeias e a abordagem deliberada aos nossos satélites militares por satélites espões, que considerou notas de coexistência com alguns dos nossos parceiros estrangeiros que nada têm de harmoniosa. Referiu ainda que a colocação em causa do sistema Internacional de Controlo de armamento cria para a Europa uma situação semelhante à da Guerra Fria. O fim do Tratado INF deixa em aberto a possibilidade de uma retirada americana e recorda-nos que o alcance dos mísseis de cruzeiro coloca em perigo o continente europeu. Deixou também uma nota sobre a criminalidade transnacional, mormente o tráfico de armas de pequeno calibre, que colocam em perigo os nossos concidadãos. As ameaças exteriores são várias, mas se os conflitos na vizinhança da União divergem em origem e natureza, têm em comum a duração. Deu como exemplo os conflitos na Síria, na Líbia, e, mais distantes, no Sahel, no Golfo Pérsico ou no Golfo da Guiné, que não estão próximos da conclusão. Considerou que, para a Europa, 'acabou a inocência.', quando a Estratégia Global de 2016 fez acordar a Europa dizendo claro que a a PCSD deve assegurar a defesa da Europa e das suas prioridades. Recordou a reclamação americana para o reforço do orçamento europeu com a Defesa. Mencionou o impacto da crise e do rigor orçamental nos orçamentos europeus de defesa, que os torna manifestamente insuficientes: A Europa é a segunda potência mundial em termos de gastos com a Defesa, mas está longe de ser a segunda potência militar mundial, graças à diversidade do armamento, à fraca interoperabilidade, à insuficiência de uma cultura estratégica comum, e de hábitos de planeamento e empenhamento conjunto. Considera que uma leitura mais apurada das ameaças permite, atualmente, desenvolver e tirar proveito de instrumentos como sejam a PESCO, de que espera uma revisão estratégica por ocasião da conclusão da primeira fase de cooperação estruturada permanente, no final

de 2020. Em matéria de capacidades, considerou que a primeira etapa passa pela definição de prioridades comuns, através de um plano de desenvolvimento de capacidades de defesa, que visa definir as prioridades e assegurar a coerência. Os instrumentos que permitirão à UE esta coordenação estão, no entanto, ainda num estado de utilização embrionário. O Fundo Europeu de Defesa é também uma prioridade, já que será a primeira vez que o orçamento da UE vai contribuir para consolidar a base industrial e tecnológica da Defesa europeia, com um montante de 13 mil milhões de euros previsto no próximo quadro financeiro plurianual, que é absolutamente necessário para desenvolver e fortalecer capacidades. Nas intervenções externas (República Centro Africana, Somália, etc), a UE ainda não conseguiu assumir completamente os papéis de recrutamento de forças, financiamento das operações, municiamento, etc.

Considerou que o elo transatlântico não é posto em risco pela compatibilização de esforços entre a NATO e a UE, na senda das opiniões dos restantes oradores da conferência. O Reino Unido tem, no entanto, sido o Estado-Membro mais reticente ao desenvolvimento das capacidades de defesa europeia. O Tratado de Lisboa é, também, claro quanto ao papel da NATO na defesa coletiva da Europa. Todos os mecanismos europeus visam fazer da UE um membro perninete da NATO, e não afastar-nos da Aliança Atlântica.

Considerou desejável que a Europa possa trabalhar na produção de novos sistemas de armamento, protegendo o seu know-how, e sem depender excessivamente de um fornecedor externo. Recordou que uma empresa americana com unidades de produção na Europa pode beneficiar de fundos europeus.

A questão que se coloca atualmente à defesa europeia é a da participação de Estados não membros da UE na defesa europeia, designadamente o retorno do Reino Unido, sem direito de voto, depois do Brexit. Um parceiro estratégico com a importância do Reino Unido não pode, na sua opinião, ficar fora dos esforços de Segurança e Defesa Europeus, e esta é uma das razões pelas quais a França entendeu partilhar com outros Estados o projeto da Iniciativa Europeia de Intervenção. Na sua opinião, a Europa deve ir mais longe, abandonar as grandes declarações, por em prática os instrumentos de que dispõe, e focar-se numa revisão estratégica regular, criando um Livro Branco europeu para as questões de defesa. Considera, ainda, que a União deve agir com pragmatismo e não com dogmatismo, colocar em prática todas as formas de cooperação possíveis, já que na UE tudo o que não for feito a 27, não é feito.

É necessária a criação de estruturas, no campo militar e da Defesa, que enquadrem as existentes no contexto da UE, uma Direção-Geral de Defesa e Espacial, já que é hoje

fortemente necessária a presença da UE nessa área, um conselho de ministros da Defesa efetivo, atentas as particularidades de cada Estado membro nesta área.

O Tenente-General Esa Pulkkinen, Diretor-Geral do Estado-Maior da UE (SEAE), considerou que a Defesa da UE é tridimensional, versando as fronteiras nacionais, os interesses europeus e o território do continente. Da sua experiência, após ter comandado três missões de paz da UE, reconheceu a importância de providenciar apoio ao desenvolvimento da estrutura de defesa dos Estados em que a UE atua neste contexto e da capacidade de agir na vizinhança para a reposição da paz no continente africano. Considerou também que a criação de capacidades vai para lá da gestão de crises, e que a cooperação com a NATO pode criar situações de sobreposição de capacidades. Numa perspetiva mais positiva, esta cooperação contribui para o reforço e desenvolvimento do elo transatlântico, do complexo militar-industrial e da investigação e desenvolvimento. Defendeu ainda que a UE e a NATO desempenham um papel conjunto na proteção dos cidadãos europeus. Alegou que o poder militar não é suficiente como elemento dissuasor, e que até porque o peso do artigo V do Tratado de Washington exige o *soft power* europeu para ser eficiente, e que várias outras questões, que não são da competência de uma aliança militar, podem ser concretizadas através da UE, concluindo que as capacidades da UE são complementares às da NATO sempre que a segurança dos cidadãos europeus está em causa.

Nathalie Tocci afirmou que as fundações da UE em matéria de Segurança e Defesa foram colocadas nos últimos 5 anos, consolidando-se em três pilares básicos: criação de mecanismos e iniciativas para pensar a defesa em conjunto, criação de iniciativas e mecanismos para construir e comprar a Defesa em conjunto, e criação das bases para mais e melhores ações conjuntas no campo da Defesa. Como as fundações não fazem o edifício, considera que é nesse facto que a UE deve centrar-se nos próximos 5 anos, sendo que o foco não deve ser posto na produção de papel mas sim na ação. A UE precisa de trabalhar a convergência de ação estratégica, garantir o financiamento dos montantes propostos pela Comissão, mitigar o impacto do *Brexit*, assegurar a coerência da lista de acrónimos, e reduzir a burocracia. Insiste na importância de colocar em prática todo o esforço que existe, atualmente no papel.

## **Dia 6 de setembro**

Os trabalhos tiveram início às 09h00, com três Workshops simultâneos.

O **Workshop I**, que teve como tema "Desenvolvimentos políticos nos Balcãs Ocidentais", foi moderado por Tonino Picula, que fez uma apresentação da história dos alargamentos da UE. Num momento de crise sem precedentes na União, é necessário que a UE demonstre a sua capacidade de resolver problemas no continente, com a consequente importância de alcançar a estabilização e a europeização dos Balcãs Ocidentais. O Workshop contou com a intervenção de Lars-Gunnar Wigemark, Embaixador e Chefe da Delegação da UE na Bósnia-Herzegovina, que partilhou a sua experiência nos Balcãs Ocidentais como antigo chefe da delegação da UE e Representante Especial da UE na Bósnia e Herzegovina. Observou que existe, nos Balcãs Ocidentais, a ilusão de que a UE deveria tomar a iniciativa e incentivar a adesão; no entanto, todos os Estados-Membros têm de provar o seu status de Estado de Direito, e que reúnem as condições para a adesão. Declarou ter a convicção de que os Balcãs Ocidentais deveriam pertencer à UE e considera necessário enfrentar os problemas mais graves que surgem nesta região. Considera, no entanto, que não há interesse suficiente dos parlamentos nacionais, pelo que não mobilização da sociedade civil.

A mobilização ativa é necessária e aumenta a compreensão dos ajustes necessários para a adesão à UE, para além de que membros dos Parlamentos dos Balcãs Ocidentais estão sempre disponíveis para deslocar-se a Bruxelas como forma de apreender as medidas necessárias à sua potencial futura integração na União.

O **Workshop II**, com o tema **Enfrentar as ameaças híbridas: avaliação das políticas e instrumentos da UE** teve como moderadora a diretora de investigação do European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats, Hanna Smith, e como orador Vilmos Hamikus, do Serviço Europeu de Ação Externa. A estratégia da União Europeia em matéria de cibersegurança, lançada em fevereiro de 2013 e aprovada pelo Conselho em junho de 2013, define objetivos estratégicos e ações concretas para alcançar a resiliência, reduzir a cibercriminalidade, desenvolver capacidades de ciberdefesa e estabelecer uma política internacional em matéria de ciberespaço. Complementarmente, a Diretiva (UE) 1148/2016 (SRI) de 6 de julho relativa a medidas para um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União, visa garantir um nível comum de segurança das redes e dos sistemas de informação e exige que os operadores e os prestadores de serviços digitais tomem medidas adequadas para prevenir ciberataques e a gestão dos riscos e para comunicar incidentes graves de segurança às autoridades nacionais competentes. A 19 de

dezembro de 2018 o Conselho, a Comissão e o PE chegaram a acordo sobre a “Lei da Cibersegurança”, que permitirá a introdução de uma certificação de cibersegurança à escala da UE e conduzirá também à consolidação de uma agência permanente da UE para a cibersegurança. O workshop abordou as possíveis novas iniciativas mais urgentes para reforçar as capacidades da UE para enfrentar as ameaças híbridas e consolidar a resiliência, e forjar ainda mais uma consciência situacional adequada e partilhada, que permita a rápida tomada de decisão e resposta às ameaças híbridas.

No **Workshop III**, sob o tema Irão - opções para a UE e o futuro do acordo nuclear, moderado por Michael Gahler (PPE), da Comissão AFET do PE, e com intervenção do Prof. Dr. Volker Perthes, foi abordada a questão da luta pela hegemonia na região, aceslada do conflito entre os EUA e o Irão, e as reações de ambas as partes, designadamente o aproveitamento feito pelo Irão da assimetria de poder entre os dois países para pequenas provocações, e o risco para a segurança das forças americanas estacionadas no Golfo Pérsico e no Médio Oriente, proximidade que propicia acidentes e incidentes. Foram também abordados os incidentes no estreito de Ormuz e os riscos que representam para a exportação de petróleo. Foi também abordado o leque de opções para a ação política europeia, com especial ênfase para o Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), e todas as ações que possam prevenir a escalada do conflito, visando o regresso a uma situação semelhante à existente entre maio e novembro de 2018. Recorrendo ao modelo de diálogo multilateral como o E3/EU+3 (China, França, Alemanha, Rússia, Reino Unido e EUA) que resultou no JCPA, considerou que a UE está numa boa posição para abordar os atores internacionais e envolver-se na solução regional do problema, por exemplo através da realização de uma conferência regional sobre a segurança regional, que pode apelar não só aos atores da região, mas também à Rússia.

## SESSÃO V

**10.30h – 12.00h: Alterações climáticas e segurança**

**Moderador:** Antto Vihma, investigador, Instituto Finlandês de Assuntos Internacionais

**Oradores:** **Mika Anttonen**, Presidente da St1 Biofuels Oy

Lukas Rüttinger, Senior Project Manager na Adelphi

A última sessão começou às 11 horas, com **Lukas Rüttinger**, Senior Project Manager na Adelphi a referir-se aos riscos climáticos e às implicações económicas das alterações climáticas, providenciando exemplos nacionais dentro e fora do espaço europeu. Mencionou fragilidades que vão desde a compatibilidade dos recursos locais, às condições de habitabilidade que estão na origem do sentimento de insegurança e consequentes movimentos migratórios, e às respetivas implicações para a política de Segurança e Defesa.

**Mika Anttonen**, presidente da St1 Biofuels Oy, considerou necessário que o crescimento da energia renovável seja dez vezes maior do que atualmente. Defendeu ainda que os jovens europeus devem estar conscientes das implicações das ações climáticas, concentrando-se nas ações que podem ser tomadas. O crescimento populacional reforça a necessidade de investimento em África para a produção de energias renováveis., sendo que o reflorestamento pode ser uma grande parte da solução, tornando necessário aliciar as empresas para investir em programas de reflorestamento na África. Mencionou ainda mecanismos de produção de combustíveis sintéticos, ou o conceito de '*carbon farming*', e reforçou a necessidade de começar a investir em África.

### **Sessão de Encerramento**

Presidiram o encerramento dos trabalhos o **Presidente da Comissão de Defesa do Parlamento Finlandês, Ilkka Kanerva** (PPE), e Presidente da Comissão AFET (Assuntos Externos) do Parlamento Europeu, **David MacAllister** (Alemanha, PPE).

Ilkka Kanerva agradeceu em nome da Presidência Finlandesa a cooperação do Parlamento Europeu na elaboração das Conclusões Finais da Conferência, onde foram abordados todos os tópicos discutidos. O texto destas conclusões consta como anexo ao presente relatório. Destacou a sua apreciação das contribuições dos participantes durante os dois dias da Conferência, que considerou essenciais para a redefinição da PESC/PCSD. Mencionou ainda os desafios decorrentes da iminente saída do Reino Unido da Reunião. A União Europeia promove a paz, a estabilidade e uma economia de mercado responsável, conseguiu emergir da crise e agora deve assumir a liderança na resolução de problemas globais. Este é ainda um longo caminho, já que a UE, sendo um poderoso bloco de

integração política e económica, não tem as capacidades de uma superpotência nos campos da Segurança e da Defesa. Sugeriu, ainda, a ideia de uma posição coletiva para a UE na ONU.

Em nome do Parlamento Europeu, David MacAllister tomou a palavra para concluir esta sessão agradecendo a hospitalidade dos anfitriões finlandeses, a qualidade dos oradores e o apoio da delegação do Parlamento Europeu e de seus assessores. Informou que o próximo encontro deverá ter lugar a 4 de dezembro de 2019, em Bruxelas, antes da Conferência Interparlamentar que ocorrerá sob a presidência croata. O novo Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell, bem como o novo Comissário Europeu para o Alargamento serão convidados para esta reunião interparlamentar. Saúdou ainda a iniciativa 'pequeno-almoço das mulheres', no que foi secundado por uma das Deputadas participantes, para destacar a presença de mulheres nas delegações e na agenda como uma questão essencial, incentivando um maior equilíbrio de género, esperando-se uma próxima reunião deste fórum em Zagreb.

A reunião terminou pelas 12 horas.

Lisboa, setembro de 2019

**Marco António Costa**



**Presidente da Comissão de Defesa Nacional**

Seguem, em anexo os seguintes documentos:

- Documento n.º 1: Programa dos Trabalhos;
- Documento n.º 2: Declaração Final Conjunta;

Encontram-se disponíveis para consulta:

- Lista de Participantes na Conferência, consultável [aqui](http://www.parl2019ro.eu/eu/dp.events?id_evn=4&idl=2);
- Exemplar do Dossiê de Apoio disponibilizado pelos Serviços aos Deputados da Delegação nacional.

---

<sup>2</sup> [http://www.parl2019ro.eu/eu/dp.events?id\\_evn=4&idl=2](http://www.parl2019ro.eu/eu/dp.events?id_evn=4&idl=2)